

Rupturas da vida (im)possível: pensando políticas, docências e currículos atravessados pela Pandemia¹

Rosanne Dias
Márcia Oliveira
Cátia Oliveira
Cristiane Souza
Lívia Farias

Introdução

Queremos neste texto explorar, contingências vividas na pandemia, desconstruindo discursos, como nos convida Laclau e Mouffe (2015), diante dos desafios enfrentados nas políticas de currículo e na docência vividos com nossas turmas, nossas escolas, nossos grupos.

No primeiro dia de vigência do Decreto nº 46.973 de 16 de março de 2020² nos encontrávamos em uma defesa de doutorado do Grpesq/PROPED/UERJ, em meio a muitas incertezas, nos deparando com as contingências impostas pela pandemia do coronavírus (COVID-19), em terreno duvidoso, colocando em xeque os rituais conhecidos na tradição acadêmica (e nos encontros afetivos): com presenças híbridas da banca, via Skype e parte presencial, com reduzido público presente, ainda que reservado a procedimentos e regras sanitárias, sem celebrações que envolvessem contato físico, sem o sabor das delícias que nos eram apresentadas.

Entre as medidas de reconhecimento de emergência de saúde pública estabeleceu-se a suspensão das “aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública e privada de ensino, inclusive nas unidades de ensino superior”. Em meio a esse contexto complexo muitas normativas foram publicadas, desde meados de março de 2020, buscando regular calendário escolar, modalidades de ensino e pautas políticas acerca da educação.

¹ Grpesq Políticas de Currículo e Docência do CNPq

² O DECRETO Nº 46.973 publicado em DOE no dia 17/3/2020, ANO X LV I - Nº 049-A, TERÇA-FEIRA, após correção em que “Reconhece a situação de emergência na saúde pública do estado do rio de janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (covid-19); e dá outras providências”.
<https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjI%2C>

Nós, docentes, perplexas diante das informações da mídia, do luto, do adoecer, do distanciamento social, da defesa e manutenção da vida, buscamos reinventar estratégias de encontros fora do que vivíamos antes da pandemia. Na pauta das conversas com docentes, das escolas e nos eventos que ocorriam ao longo do ano de 2020 e em 2021, uma necessidade urgente de dialogar sobre superações, experiências, a invenções que se colocavam à prova para não perder de vista os estudantes e suas famílias, os colegas, os novos espaços de encontros curriculares abertos ao imprevisível, à provisoriidade como possibilidade de provocar novos modos de pensar e produzir currículos, escolas e docências sem a pretensão de apresentar soluções e posições definitivas, mas caminhos possíveis.

Centralização das políticas curriculares padronizadas para a docência

Temos pesquisado sobre movimentos em torno das tentativas de alinhamento dos currículos à BNCC (via ProBNCC) nas escolas, a partir do acompanhamento das secretarias estaduais e municipais. A formação e a participação docentes são tidas como partes importantes (senão necessárias) nesses processos. Consideramos como tais movimentos têm demandado/vêm demandando desafios em meio ao contexto pandêmico vivenciado nos anos de 2020 e 2021.

Nos anos de 2018 e 2019 os estados brasileiros iniciaram, com apoio do MEC no âmbito do ProBNCC³, processos de reelaboração de seus referenciais curriculares à luz da BNCC. Nessa perspectiva, em 2020, os municípios iniciaram o processo de regulamentação de seus currículos – por meio da adesão total ou parcial ao referencial curricular estadual ou da construção de documentos próprios, em sua grande maioria, com atuação do setor privado/terceiro setor nessa produção. Problemizamos como, em meio ao contexto pandêmico, contingencial, têm se dado/vem se dando processos para/nas ações docentes nessas produções curriculares.

Também em 2020 vimos a homologação do Parecer CNE/CP nº 14/2020 (BRASIL, 2020) propondo Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores e a correspondente BNC-Formação Continuada, a exemplo do publicado para a formação inicial, enfatizando o currículo por competências, a avaliação do desempenho e aprofundando regulações sobre os processos de formação e trabalho docente.

³ <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef/>

Ainda em 2020, a OEI publica o último texto político, dentro do calendário da sua produção das Metas para a Geração dos Bicentenários,⁴ intitulado “Miradas sobre Educação na Ibero-América 2020: Competências para o Século XXI na Ibero-América (OEI, 2020). Um documento redigido e publicado em meio ao período pandêmico em defesa das competências, reconhecendo sua estreita relação com processos de avaliação e padronização de desempenho de aprendizagem e profissional, advoga que:

A avaliação de competências depende do processo de criação de padrões de aprendizagem, ou seja, de padrões de aprendizagem escolar e profissional, que podem ser identificados como padrões de conteúdos, (mais próximos de objetivos e metas) e padrões de desempenho, (mais ligados às competências), cuja avaliação é realizada através de várias modalidades e de diferentes instrumentos [...] (OEI, 2020, p.46).

Neste ano de 2021 estamos vivenciando, ainda, um momento de decisão política no que tange à adesão, ou não, dos municípios ao Programa Nacional do Livro Didático – Livro didático para o aluno da Educação Infantil – PNLD Didático.

Considerando tais contextos, entendemos ser necessário problematizar que, em meio a tanta diferença que destacou-se no contexto pandêmico, possa ser defensável a política de padronização curricular e de desempenho.

Ousando as políticas de currículo nas escolas

A decisão de fechar as escolas em março de 2020 parecia algo provisório, talvez duas semanas ou um pouco mais, mas naquele momento inicial, talvez não tivéssemos a ideia de que seria todo o ano letivo, bruscamente transformado com a nova realidade que a COVID 19 impôs a todos (*#ficaemcasa*);

Ficar em casa para se proteger do vírus e submetidos à restrição e mudança da rotina diária foram gradualmente nos fazendo repensar este novo mundo, o contato com o mundo lá fora deveria ser rápido, com quase nenhuma interação e se possível virtual, desenhando “os contornos de uma nova subjetividade” como que uma “nova utopia da comunidade imune e uma nova forma de controle do corpo” (PRECIADO, 2020, p.8). Como pensar as escolas e seus cotidianos com distanciamento social e sem colocar vidas em risco? Era fato que alternativas deveriam ser pensadas para este período. O

⁴ A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, estabeleceu em consenso com os Estados-membro da Região, as Metas estabelecidas para serem atingidas até 2021, o Ano da Geração dos Bicentenários de Independência da maior parte dos países da região Ibero-americana.

que fazer com as nossos e alunos, em especial na etapa da Educação Infantil, cuja centralidade está na experiência da criança e nos vínculos afetivos. Como empreender um atendimento remoto? Como será o trabalho do professor? Nesse contexto, discussões em torno da segurança alimentar ganham destaque nas redes públicas: como estavam sendo atingidas as famílias dos alunos das redes? A escolha que se apresentava era a do possível, dentro do que se anunciava como impossível!

Entendemos que um dos maiores equívocos nas tomadas de decisão das redes de ensino é a de controlar aquilo que é imprevisível, ou seja, controlar a forma como cada escola deveria viver um determinado momento. A pandemia revelou o quanto as escolas e seus profissionais da educação se empenharam muito em pensar alternativas e soluções para o inesperado e desafiador contexto que se apresentava, e que soluções como materiais prontos produzidos pelas secretarias de educação ou pacotes de plataformas privadas - colocando a autonomia dos professores em risco – não são garantia de atingir a eficiência prometida (DÍAZ-BARRIGA, 2021).

As decisões tomadas sem a escuta do que os professores tinham a dizer, pode mobilizar esforços desgastantes e com pouco resultado nas secretarias de educação, inclusive dificultando ainda mais o trabalho das escolas. Mas as escolas são valentes, e mesmo assim, driblam o controle e as restrições, e fazem o que acreditam.

Com a ascensão do termo currículo emergencial, o currículo que acontece hoje na pandemia, definido pelas redes públicas, como o conteúdo essencial para o ano letivo, destacam que os currículos emergentes florescem nas escolas por meio da produção local de materiais, atividades virtuais (lives com professores e convidados das escolas, contação de histórias, depoimentos de profissionais da educação sobre a sua vida na pandemia, entre outras) e o uso das mídias digitais, mobilizam outras tantas formas de se produzir currículos.

A necessidade de se apontar caminhos possíveis de atuação tanto pelas redes como pelos professores revelaram que as saídas são muitas. Decidir-se por alguma ação, sem a garantia da eficácia da decisão tomada, pode ser compreendido como uma potência, como um lançar-se a novas possibilidades.

As fundações privadas apresentaram muitas possibilidades de recursos pedagógicos, com pacotes de plataformas constituídas por planos de aulas e espaços interativos. Sem entrar no mérito da qualidade dos materiais propostos, até porque alguns podem parecer muito interessantes como apoio ao professor, destacamos que a

escolha por pacotes pode afetar negativamente, ao instituir uma ideia de currículo previsto e determinado a priori, antagonizando com a produção curricular instituinte.

Compreendemos que não existem fundamentos ou determinações que permitem a fixação de sentidos de forma permanente. Buscamos compreender o jogo de disputas discursivas e as articulações, que permitem que alguns elementos do currículo sejam significados, ainda que precariamente. Esta indeterminação é o que permite que novas disputas e novas articulações busquem novas significações, sempre contingentes, o que não significa que outros sentidos e outras significações sejam suplantados.

Essa compreensão do currículo em sua dimensão provisória é o que permite que ele assuma novas configurações, que se desdobram em novas práticas, ainda que num primeiro momento essas pareçam impossíveis e passíveis de controle externos.

Conclusão

Consideramos que, mesmo em um momento de crise e de incertezas sobre a melhor maneira de encaminhar o atendimento escolar num período de afastamento, ações políticas curriculares carregadas de prescrições e de controle do trabalho docente e dos processos de aprendizagem das crianças, se fizeram presentes. Os professores produziram alternativas muito criativas na aproximação com os discentes, mesmo sem a mais avançada tecnologia e seus recursos, a despeito das afirmações de que os professores não sabiam o que fazer com os seus alunos.

No entanto, percebemos que outras possibilidades de compreensão dessas ações foram criadas, uma vez que a significação do currículo e das práticas dele decorrentes são provisórias e contingentes.

Referências

BRASIL. MEC. **Parecer CNE/CP nº 14/2020**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>

DÍAZ-BARRIGA, Ángel. El trabajo didáctico en condiciones de emergência. https://www.youtube.com/watch?v=GV3GXVdD_ao, 2021.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo Burity, Josias de Paula Jr. e E Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. OEI. *Miradas sobre Educação na Ibero-América 2020: Competências para o Século XXI na Ibero-América*. Madri, 2020. Disponível em: <https://oei.int/pt/publicacoes/informe-miradas-2020-2>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

PRECIADO, Paul. Aprendendo com o vírus. 2020. (<http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>)